

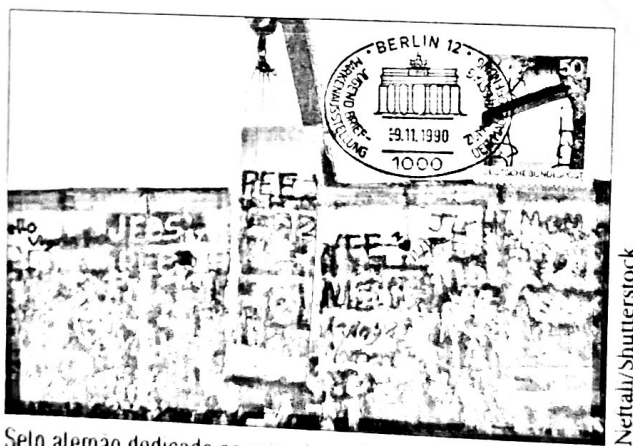
A globalização como desafio para as Ciências Sociais

Objetivo do capítulo: Este capítulo pretende identificar e definir conceitos relacionados ao fenômeno da Globalização e suas consequências para o mundo contemporâneo. Ele apresenta também posições favoráveis e contrárias à Globalização. Por fim, situa as relações da Globalização com o campo econômico, cultural e da comunicação, ressaltando, ainda, as conexões entre Globalização e Sustentabilidade.

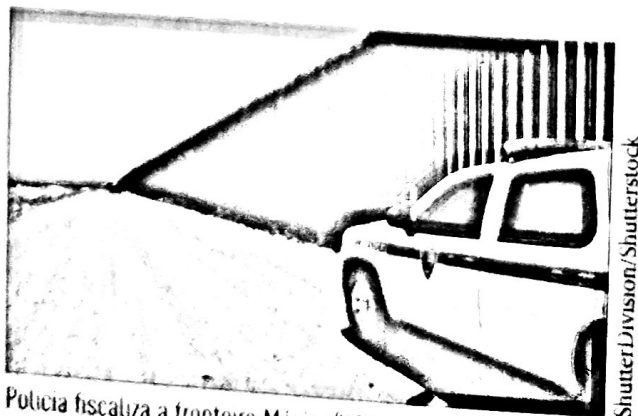
Relato 5: Barreiras globais

Em 1989, o mundo comemorava a Queda do Muro de Berlim, conhecido como “Muro da Vergonha”, um marco que teria posto fim – pelo menos em tese – à chamada Guerra Fria e inaugurado uma nova etapa da história do século XX. Naquele momento acreditava-se na possibilidade de que os povos se tornassem mais tolerantes e que, em um contexto globalizado, as fronteiras, não só físicas, mas culturais, do planeta seriam finalmente diluídas. Ao contrário, o que se constatou é que novos muros foram e estão sendo construídos. Exemplos são fartos: a polêmica barreira, erguida no governo de Donald Trump, na fronteira EUA-México; o muro em torno de palestinos na Cisjordânia e Gaza; aquele entre a Índia e Bangladesh; os construídos nos enclaves espanhóis no Marrocos etc. Apesar da ideia corrente de que a globalização levou a uma crescente interdependência das sociedades, na contramão desse movimento, uma das características mais marcantes da paisagem global contemporânea é justamente a proliferação de travas físicas ou invisíveis, dificultando o trânsito entre povos. São muitas as interpretações que tentam dar conta

do por quê da ascensão desse fenômeno e como ele afeta populações pelo globo. As justificativas oficiais para sua construção geralmente se pautam por argumentos em nome da segurança nacional e das questões de defesa. Entretanto, há diversos críticos que afirmam que esses muros também refletem estratégias neoliberais de exclusão socioeconômica entre ricos e pobres. São muitos os registros de conflitos étnico-culturais que alimentam (e são alimentados) por crises econômicas e políticas, o que tem gerado um constante movimento migratório das mais variadas feições. Assim, um outro objetivo da construção desses muros seria estancar o fluxo de pessoas que saem de seus países de origem em busca de uma vida melhor nos grandes centros desenvolvidos do mundo capitalista. Ou, como se tem observado nos últimos meses, fugindo de guerras e conflitos que têm posto suas vidas em risco (a tragédia das milhares de mortes no Mediterrâneo é um forte exemplo). Para os críticos, os muros refletiriam tentativas neocolonialistas de manter afastadas as populações indesejadas, contrariando a ideia, notabilizada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman, de que as fronteiras estariam se liquefazendo no mundo globalizado. Parece que a cada ano elas se tornam mais evidentes, vigiadas e cercadas.



Selo alemão dedicado ao primeiro aniversário da queda do muro, 1990.



Polícia fiscaliza a fronteira México/USA no estado do Arizona.

Os momentos finais do século XX foram marcados por uma aceleração nas grandes transformações que já vinham sendo experimentadas pela humanidade desde o fim da Segunda Grande Guerra e que levaram a alterações significativas nas esferas tecnológica, cultural, política, social e econômica em escala planetária. Esse forte entrelaçamento entre distintas dimensões da sociedade foi acentuado por uma série de fatores importantes, como a reconfiguração geopolítica do mundo no pós-guerra, a consolidação de instituições transnacionais (em particular no âmbito das relações de mercado, em que as Corporações Multinacionais são o maior exemplo), o barateamento dos custos de transporte, e, certamente, um dos mais influentes fatores: o avanço e difusão das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essas transformações, carregando o peso histórico dos conflitos do pós-guerra e da nova cara do Capitalismo, revelou uma dupla face de Jano: se, de um lado, trouxe muitas conquistas, do outro, evidenciou e, em muitos casos, acentuou desigualdades, exclusões e conflitos, provocando um intenso debate em busca da sua compreensão.

Todo esse movimento, um dos mais debatidos pelas Ciências Sociais contemporâneas, deu-se de tal maneira que colocou o mundo todo em uma malha complexa de interconexões que, em linhas gerais, vem sendo chamado, não consensualmente, como se verá neste capítulo, Globalização.

Muitos críticos, inclusive, afirmam que, na verdade, não se trata de uma realidade propriamente nova, mas de um novo conceito (como uma nova roupagem) para questões que são relativamente antigas. Invertendo a parábola cristã do vinho novo em odre velho, poderíamos afirmar que se trata de um vinho velho num

Jano foi um deus latino das mudanças. Representado por um homem de duas faces, uma olhando para a frente e outra para trás, como quem liga, pelo presente, o passado ao futuro, o começo ao fim das coisas. Concebido como uma divindade de passagem, ele é cultuado como um deus do princípio, daí seu nome ser dado ao primeiro mês do ano no calendário romano (janeiro). Metaforicamente, a expressão “as duas faces de Jano” tem o sentido de uma realidade que se apresenta de modo duplo, ambíguo.



Escultura de Jano,
Jardim de Verão em São
Petesburgo.

Svetlana Pasechnaya/Shutterstock

odre novo. É por isso que, ao analisar o fenômeno, o cientista social Otávio Velho indica que o debate sobre globalização, na verdade, tende a ser percebido como não adicionando nada de particularmente novo a controvérsias que são antigas. A visão de Velho contrasta a do sociólogo estadunidense George Ritzer, para quem, a despeito de trazer temáticas que nem sempre são recentes, a globalização é uma realidade que as articula de uma forma inédita e desafiadora para as Ciências Sociais. Com ele concordam muitos sociólogos brasileiros, como Octavio Ianni (1926-2004) e Renato Ortiz (1947-), e o geógrafo Milton Santos (1926-2001), que, por sua vez, fizeram reflexões bem críticas a respeito do fenômeno, mais apontando suas limitações e problemas do que louvando suas virtudes.

Nesse sentido, o mesmo Otávio Velho nos lembra também que as Ciências Sociais podem fornecer elementos interessantes para se compreender a globalização, a exemplo do que fizeram temas como o processo de descolonização, as questões ligadas às construções contemporâneas de identidades culturais, a intensificação da eclosão de movimentos de caráter nacionalista, a irrupção dos vários fundamentalismos religiosos, as tensões entre tribalismos e globalismos, a reconfiguração das relações econômicas e de trabalho em escala mundial etc. Fatos históricos, como a “Queda do Muro”, a formação da sociedade em rede, a liquefação de fronteiras identitárias e nacionais, a criação da União Europeia e dos demais blocos econômicos continentais, o “11 de Setembro”, a “capitalização” e mercantilização da China comunista são marcos históricos importantes desse processo que, segundo muitos autores, definiriam esta nova era. Nos anos mais fortes em que se debatia o fenômeno (na virada dos anos 1980 para 1990), Octavio Ianni chegou a afirmar que estava acontecendo algo tão novo que as Ciências Sociais deveriam desenvolver um novo instrumental de ferramentas teóricas e analíticas para dar conta de compreendê-lo.

O que chamamos de globalização?

Para motivar o debate, iniciamos este tópico com uma conceituação preliminar do que seja globalização, a partir do que afirma um de seus grandes estudiosos, o sociólogo George Ritzer (2008). Ele propõe uma definição ampla e genérica que possa contemplar a extensão e as divergências do debate sobre o tema: “[...] globalização é um conjunto acelerado de processos envolvendo fluxos que abrangem cada vez mais os espaços mundiais, levando a uma crescente integração e interconectividade entre esses espaços” (Ritzer, 2008, p. 1).

Ancorados nos trabalhos de cientistas sociais como Appadurai (2005), Hannerz (1998) e Rosaldo e Inga (2002), gostaríamos de propor uma conceituação similar. Pode-se entender globalização como a intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas, informações, imagens e ideias em nível planetário. Esse processo remete à complexa mobilidade e interconexão que caracteriza o mundo desde o início dos anos 1990, graças ao desenvolvimento sem precedentes das novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como ao aumento da velocidade e ao barateamento dos custos dos meios de transporte de longa distância. Isso resultou no que David Harvey (2008) sintetizou como uma compressão espaço-tempo, isto é, uma reorganização do tempo e do espaço, alterando nossas percepções de duração e distância.

Entretanto, é importante ter claro que a definição do que seja globalização não é nada consensual nas Ciências Sociais. Para muitos autores, como se verá, a globalização simplesmente não existe; para outros, os mecanismos chamados globais referem-se apenas à esfera da interdependência econômica; ainda para outros, no entanto, é uma realidade contumaz e um caminho sem volta.

A despeito das controvérsias conceituais e desses posicionamentos nada uniformes, o fato é que não somente o fenômeno em si se consolidou como muitos foram os paradigmas teóricos que começaram a surgir em meio ao debate para tentar dar conta de sua complexidade, propondo novas e desafiadoras leituras do mundo.

O resultado disso é que, embora haja cientistas sociais para os quais o fenômeno não seja unanimemente aceito, o fato é que, para o mundo real e concreto do cidadão comum – com sua dinâmica econômica, cultural, social e política –, essa realidade se firmou com muito mais prontidão, e suas repercussões se fazem sentir sob esses vários recortes.

Seguindo a interpretação de Otávio Velho (1999), isso ocorre de modo muito forte no universo simbólico e no imaginário das pessoas, o que o leva a pensar a globalização também como uma construção cultural, como um grande “mito”, não no sentido de fantasia (como no senso comum), mas no sentido antropológico do termo: uma atribuição de significado a uma realidade que se pauta por construções que operam por meio de mecanismos lógicos e racionais do pensamento, apenas seguindo uma arquitetura diferente daquela operada pela ciência. Em outras palavras: ainda que muitos cientistas sociais não concordem em reconhecer a globalização como um fenômeno único e uniforme, as pessoas acreditam nela e lidam como se ela fosse uma realidade consolidada. E isso, óbvio, tem suas repercussões nos vários

campos da realidade cultural, política, social e econômica. Os empresários falam sobre ela e organizam seus negócios pautando-se por princípios globais partilhados por convenções internacionais que criam um cenário em escala mundial; no campo político, os Estados nacionais constroem suas políticas com base também em tratados em uma perspectiva global; no campo da cultura, a tecnologia permite que os meios de comunicação produzam mensagens que atinjam cada vez mais lugares remotos do planeta, propiciando um diálogo entre culturas.

Considerações sobre as origens da globalização

Se não existe consenso entre os autores quanto à definição da globalização, o mesmo vale para falar sobre suas origens. Quando ela teria começado? Alguns autores insistem em remontar a globalização às origens do próprio Homem, outros falam em ondas cíclicas de expansão de grupos pelo globo (como as invasões bárbaras no final da Idade Antiga ou as Grandes Navegações no início da Era Moderna) como sendo as raízes desse fenômeno contemporâneo. Entretanto, para sermos mais precisos na análise, sugerimos que se identifiquem marcos um pouco mais próximos e conectados mais diretamente com o fenômeno. Ao fim e ao cabo, concordamos com os céticos que sempre houve uma circulação de pessoas, coisas e ideias pelo mundo, mas consideramos que houve uma intensificação, sem precedentes, desses fluxos desde o final do século XX.

Um aspecto importante que é preciso sempre ter em mente é que o fenômeno jamais teria a cara que apresenta hoje se não tivesse ocorrido uma grande invenção no alvorecer da Era Moderna, que se consolidou por volta do século XV: o sistema capitalista e a economia de mercado. Embora essa nova forma de racionalidade econômica (como diria Weber) tenha se originado nesse momento, as raízes mais diretamente ligadas à globalização como a conhecemos hoje podem remontar às consequências da Revolução Industrial e ao expansionismo imperialista e colonialista que surge aí. Ainda que as Grandes Navegações representem um momento e um passo importantes rumo à sua realização, foi somente com o neocolonialismo e os neoimperialismos iniciados no século XIX que o mundo começou a ficar conectado efetivamente.

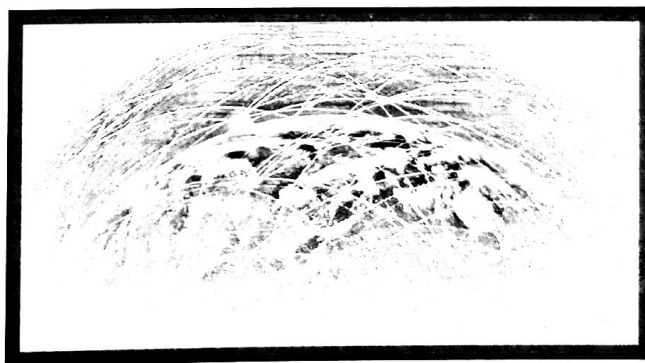
Não obstante essas considerações, a maior parte dos especialistas no assunto entende que a globalização, no sentido mais preciso do termo, está muito mais vinculada a mudanças estruturais ocorridas no mundo na segunda metade do século XX e que foram provocadas por quatro grandes fatores:

1. A emergência dos Estados Unidos como potência mundial nos anos subsequentes à Segunda Guerra.
2. O surgimento e a consolidação das grandes corporações multinacionais.
3. O desmantelamento do império soviético e o fim da Guerra Fria, cujo símbolo é a Queda do Muro de Berlim.
4. O desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Entender as origens da globalização requer uma compreensão de seu caráter transdisciplinar. A variedade de perspectivas que determinam esse debate vem do fato de que seus estudos estão marcados por uma grande mescla de orientações teóricas. Dessa forma, o debate resultante foi – e continua sendo – realizado em um ambiente de grandes mudanças nas áreas de conhecimento que o investigam (Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política). É importante localizar, na história mais recente do Pós-Guerra, essas raízes nos diferentes campos, pois não é possível analisar e compreender o fenômeno sem essa mescla de perspectivas.

O campo da comunicação

Antes da eclosão desse debate, que efetivamente começa a partir dos anos 1980 (Ortiz, 2009), o problema dos fenômenos decorrentes da integração dos vários sistemas nacionais em um amplo sistema mundial já vinha sendo trabalhado por vários autores de diferentes áreas do saber. No campo da comunicação é clássica a referência a um dos principais antecessores desse debate e da ideia de globalização: um teórico da comunicação, o canadense Marshall McLuhan, que, ao publicar *Understanding media: the extensions of man* (McLuhan, 1964), formula e introduz a expressão (posteriormente transformada em conceito) “aldeia global”. Embora a reflexão de McLuhan estivesse voltada para a compreensão de um eventual processo de unificação dos meios de comunicação e seu papel na construção de um mundo suposta e relativamente uniforme e padronizado em seus códigos e valores, é no campo da Economia que esse conceito vai encontrar um terreno fértil para grandes debates e formulações, principalmente com relação aos efeitos do Pós-Guerra.



Rede de comunicação global.

Toria/Shutterstock

Entretanto, nas Ciências Sociais propriamente ditas (em particular, na Sociologia), segundo Renato Ortiz, é somente na década de 1960 que a globalização começa a ser vislumbrada de maneira mais concreta – com análises políticas, econômicas e sociais. Nasce aí a ideia dessa integração, tendo sido possivelmente Wilbert E. Moore um dos primeiros autores a fazer referência ao “mundo como um sistema social”. Essa reflexão aparece em um pequeno artigo publicado no *American Journal of Sociology*, em 1966, intitulado *Global sociology: the world as a singular system* (Moore, 1966). Ao analisar o tratamento dado pela história à ideia de “Civilização”, ou mesmo ao falar de uma “Humanidade” (*mankind*) – tema tratado mais pela Antropologia –, no que se refere à compreensão da dinâmica das sociedades humanas e sua integração cada vez maior, Moore propõe uma reflexão sobre quais seriam os princípios conceituais a serem construídos para se pensar a dialética “particularismo”/“universalismo” (posteriormente traduzida pela dialética local/global).

Para Moore, a Sociologia estava acostumada a pensar a dinâmica da economia capitalista segundo parâmetros nacionais (dos estados-nação), como unidades políticas e econômicas autônomas nas suas relações entre si. No entanto, já se fazia necessário construir categorias epistemológicas que dessem conta da análise de um fenômeno cada vez mais holístico e sistêmico. Com isso concordará, anos mais tarde, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni.

A Sociologia deveria se tornar uma “Sociologia global”, o que, para Moore, significaria uma Sociologia da humanidade (Moore, 1966, p. 475). Embora, neste trabalho, Moore esteja discutindo avanços epistemológicos a serem conquistados pela Sociologia para uma compreensão de uma sociedade em escala global, o que fica evidente é justamente a consolidação do próprio conceito generalista, universalista e, mais concretamente, internacional de sociedade. Finalmente, senão o conceito, mas uma ideia seminal de globalização em uma perspectiva sistêmica aparece na conclusão do seu artigo:



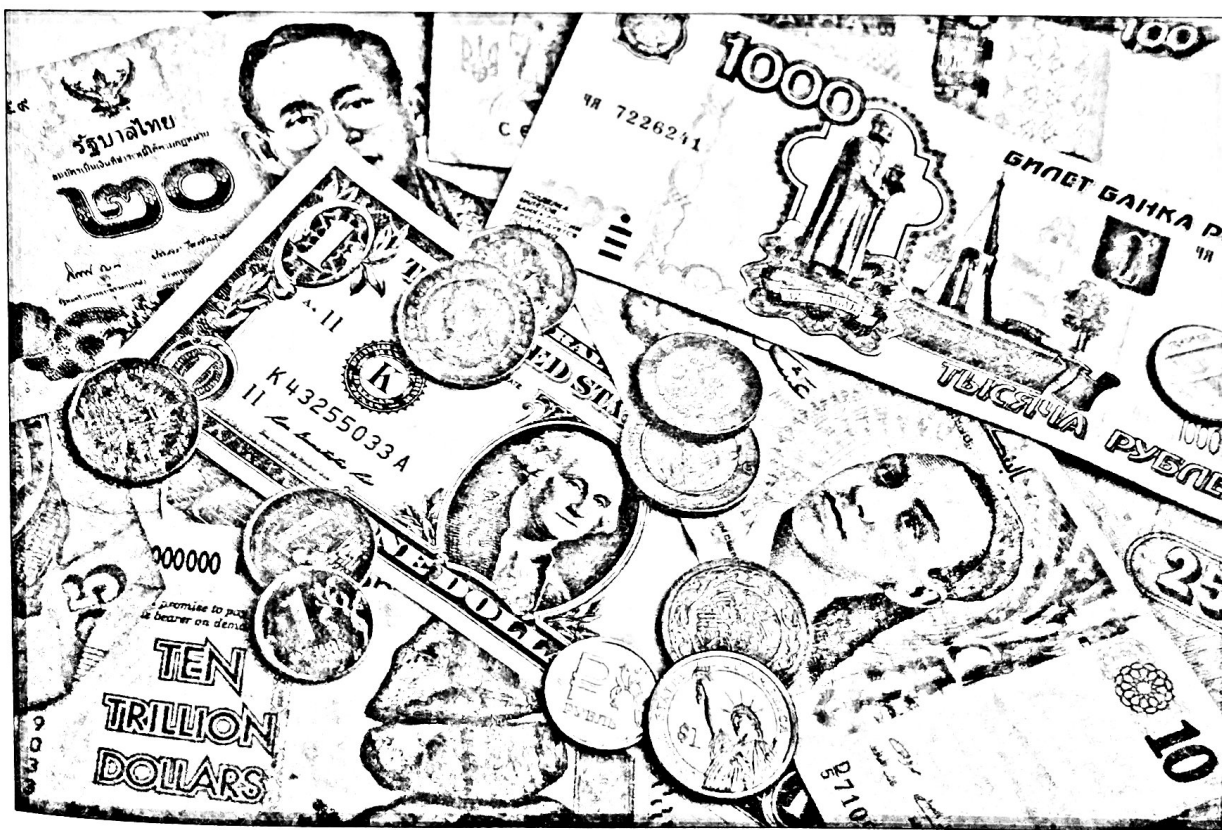
O mundo, então, é um sistema único [...]: em um grau crescente, a vida de um indivíduo onde quer que ele esteja é afetada por fatos e processos de qualquer parte. Isto é tão verdadeiro para pequenas e novas nações, quanto para aquelas já estabelecidas como grandes potências. (Moore, 1966, p. 481)

O cenário econômico

Da mesma maneira que, segundo McLuhan, os meios de comunicação trabalharam para a construção de uma tendência (às vezes questionada) de uma padronização da comunicação (e, conseqüentemente, dos valores) da sociedade global, o sistema econômico capitalista contribuiu para a padronização das relações de produção e consumo. Ao perpetrar seu avanço no cenário internacional, o capitalismo se consolidou, com sua lógica de mercado e consumo, como parâmetro hegemônico das relações econômicas, sociais e culturais. Ao longo das últimas cinco décadas isso foi gerando um sistema econômico fortemente interdependente, em escala cada vez mais mundial.

Se a economia ainda se apresentava bastante polarizada no período da chamada Guerra Fria, essa interdependência em escala global passou a ser mais forte e definida a partir dos anos 1990.

A “Queda do Muro” assume um papel significativo porque representaria simbolicamente o fim da polarização e a construção, pelo menos no campo da Economia, de um “sistema-mundo”, para usar a conhecida expressão do sociólogo estadunidense Immanuel Maurice Wallerstein (Wallerstein, 1991), outro nome



PaulPaladin/Shutterstock

Globalização reconfigura fronteiras monetárias.

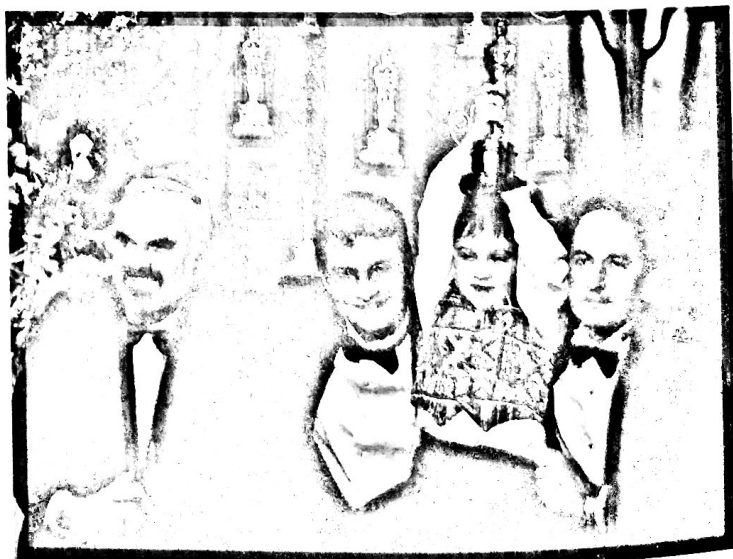
A queda do muro e o cinema

Considerado um marco da detonação do processo mais intenso da globalização e uma reviravolta na história contemporânea, a Queda do Muro de Berlim (um marco da constituição da Guerra Fria, lógica geopolítica e econômica que preponderou em toda a segunda metade do século XX) proporcionou muitas histórias belamente levadas às telas de cinema.

Dois filmes, nessa produção, merecem destaque:

Kolya, uma lição de amor (República Tcheca, 1996. Dir.: Jan Svěrák). O cenário é Praga, na antiga Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca), nos dias que antecedem a Queda do Muro. A película conta a história do relacionamento entre um garoto e um músico cinquentão, violoncelista de uma orquestra. A mãe entrega o garoto ao músico e foge para a Alemanha Ocidental (rumo a Paris). A partir desse drama pessoal, o filme mostra uma sociedade dominada pelo Estado soviético, enquanto traça os antecedentes que levam à Queda do Muro.

Adeus Lenin (Alemanha, 2003. Dir.: Wolfgang Becker). A história se passa em Berlim, exatamente no momento da Queda do Muro. Na história, um jovem vai visitar a família que vive no lado oriental e se junta a um grupo para protestar contra o governo. Sua mãe, alinhada e extremamente devotada ao regime socialista, tem um colapso cardíaco e entra em coma ao vê-lo no protesto, ficando assim por meses. Nesse momento, ocorrem a Queda do Muro, a unificação e a entrada da Alemanha Oriental no sistema capitalista. Quando ela acorda, o jovem monta um cenário simulando que a Alemanha Oriental ainda existia, para preservá-la do choque ao ver a mudança. De maneira bastante criativa, o cineasta coloca como pano de fundo, na história, personagens reais da vida política da Alemanha e da União Soviética.



Da esquerda para a direita: o ator Zdeněk Svěrák, o diretor Jan Svěrák, o ator mirim Andrey Kha-limon e o ator Ondřej Vetchý recebendo o Oscar de melhor filme estrangeiro (1997) por *Kolya, uma lição de amor*.

importante neste debate precursor sobre a globalização. É assim que, a partir da década de 1970, fortemente influenciado pela perspectiva marxista da predominância do sistema econômico sobre o político-ideológico, ele desenvolve suas reflexões críticas sobre o sistema capitalista criando dois conceitos importantes: “sistema-mundo” (que aparece na trilogia *The modern world system*, iniciada em 1974), e de “economia-mundo” (no livro *The capitalist world-economy*, de 1979). Em sua obra, além da introdução e desenvolvimento desses dois conceitos pioneiros, Wallerstein antecipa-se ao próprio movimento real e concreto na economia mundial (e, conseqüentemente, na sociedade como um todo). Ele se consolida, então, como um grande crítico do processo de exclusão construído pela economia capitalista (e, por conseguinte, pela própria globalização).

A análise de Wallerstein se coloca como herdeira da tradição inaugurada pela *École des Annales*, a mais importante escola de História no século XX, cujo nome mais conhecido é o historiador francês Ferdinand Braudel (1902–1985). Entre outras contribuições, Wallerstein irá propor uma fusão entre os métodos das Ciências Sociais e da História. Com isso, ele consolida os princípios da própria globalização como conceito por meio de seu paradigma do “sistema mundial”.

Globalização na Sociologia brasileira

No Brasil, um dos pioneiros nessa discussão foi o professor Octavio Ianni, para quem a globalização é um fenômeno que “está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo” (Ianni, 2001, p. IX). Por isso mesmo, como já visto acima, trazendo grandes desafios para as Ciências Sociais, em especial no campo epistemológico. Isso porque, concordando com vários autores que o antecederam, Ianni assinalou que, embora a chamada “sociedade global” não seja um fenômeno novo, o momento de constituição da globalização “é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global” (Ianni, 1994, p. 148).

No campo prático, um desses desafios é justamente o de repensar o ressurgimento e a subsistência de movimentos como “nacionalismos, provincianismos, regionalismos, etnicismos, fundamentalismos e identidades” (1994, p. 148).

Herdeiro de uma tradição filosófica diretamente vinculada ao Marxismo, Ianni abre caminho para um debate que se tornou necessário e presente nas Ciências

A lógica da economia global e a exclusão social

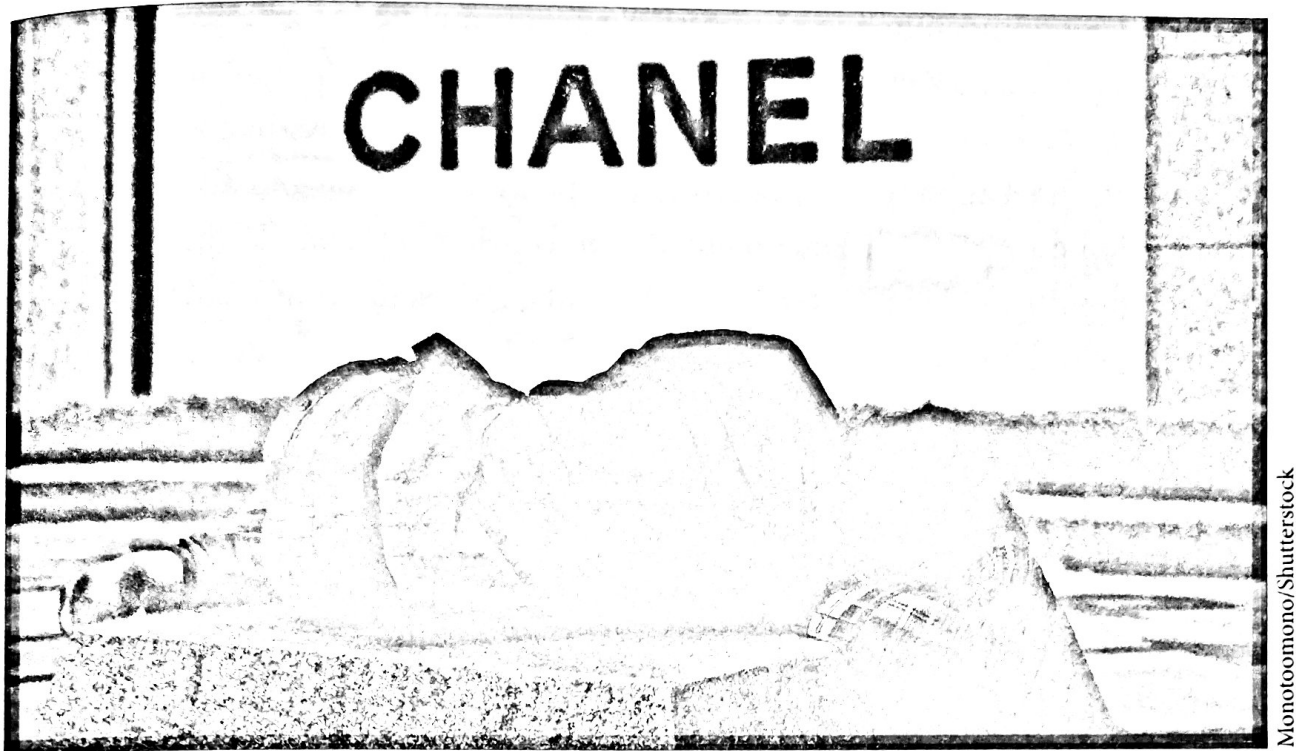
“O contínuo avanço tecnológico global não parece estar garantindo que as sociedades futuras possam gerar, unicamente por mecanismos de mercado, postos de trabalho – ainda que flexíveis – compatíveis em qualidade e renda com as necessidades básicas da população mundial. A lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas incorporou parte dos bolsões de mão de obra barata mundiais sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os postos de trabalho formal crescem menos que os investimentos diretos. Se, por um lado, surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, por outro, o setor informal também abriga o emprego muito precário e a miséria. E, especialmente nos países da periferia, os governos – comprometidos com a estabilidade – não têm orçamento suficiente e estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos. O paradigma do emprego está em definitiva mudança, e há inúmeras razões para preocupação quanto ao futuro da exclusão social no novo século” (Dupas, 1998).

Sociais no Brasil: a crítica ao sistema capitalista, interpretações sobre as relações entre política, economia, sociedade e cultura, a intensificação, em escala mundial, dos mecanismos de exclusão social. E é justamente a partir das suas contribuições que vários estudos se desenvolvem no Brasil, ora pensando a globalização e suas inter-relações com a cultura de massa e de consumo (Ortiz, 1996), ora pensando os aspectos da exclusão e desigualdade social gerados pela dinâmica da economia global, como é o caso das análises feitas pelo cientista social Gilberto Dupas (1995–2001) e do geógrafo Milton Santos (2001).

Globofobia e globofilia

O debate acerca da globalização está longe de chegar a conclusões unânimes entre os cientistas sociais (sobre sua natureza, características, estratégias de análise etc.). Na verdade, ele instaurou mais dúvidas e questões do que propriamente certezas. No entanto, este debate confirmou, ao longo de sua realização, que efetivamente “algo” passou a ocorrer de forma intensa, sistemática e sistêmica nos últimos 40 anos em escala mundial. E isso é um fato: globalização é uma realidade.

É notável que, a despeito da falta de consenso na tentativa de defini-la, a maioria das definições construídas nas Ciências Sociais e Econômicas parte de ideias



Símbolo da exclusão social: morador de rua dorme em frente a uma loja da Chanel em Seul, Coreia do Sul.

mais ou menos semelhantes, tais como: tempo, espaço, aceleração, interconectividade, processos, integração. Com base nisso, George Ritzer aponta dois grandes grupos dessas posturas divergentes, mais comumente encontradas entre os teóricos que a estudam. De um lado, o que ele vai chamar de “globofobia”, ou seja, aqueles autores também chamados de *céticos*, por serem bem críticos quanto à aceitação de que realmente existe algo novo que se possa chamar de globalização. Aqui, podem ser colocados também os autores que, embora entendam que exista algo novo em escala global, acentuam, em suas análises, os efeitos perversos e excludentes da globalização. Do outro lado, o que ele chama de “globofilia”, ou seja, aqueles autores que não só o aceitam como uma realidade (por isso são também nominados como *globalistas*), como acentuam seus ganhos e as benesses. Vejamos uma pequena síntese das duas posturas na análise do autor.

Globofilia (ou globalistas)

Segundo Ritzer (2011), esses autores assumem que existe algo que se pode chamar de globalização e que ela abrange, de fato, a totalidade do Globo. Mesmo com relação àquelas sociedades que não estão envolvidas diretamente no processo (por exclusão digital, social, econômica, cultural etc.), os globalistas defendem a ideia de que não há como elas não estarem, de alguma forma, enredadas e envolvidas

por ele. Eles argumentam que é impossível encontrar alguma parte do mundo que ainda não tenha sido afetada, ainda que de forma indireta, pela globalização. Para parte dos autores identificados com essa corrente, até é possível que se fale (como muitos advogam) em múltiplos processos de globalização (ou globalizações). Mas isso não compromete o fenômeno em si, muito pelo contrário: dá-lhe as características de multiplicidade e intercontextualidade, típicas do mundo pós-moderno.

Um ponto importante na visão dos globalistas é a consolidação da supremacia da esfera econômica sobre a política na virada do século XX para o XXI. Isso porque o Estado-Nação teria perdido, para o mercado, o protagonismo que tinha desde o século XIX. Um exemplo disso é a fluidez de fronteiras dos blocos econômicos (como a Comunidade Europeia) e a consolidação do poder determinante das grandes Corporações Multinacionais no jogo político internacional. Embora reconheçam que, apesar de ter contribuído para a perda de sua importância como unidade de poder, a globalização não decretou o fim do Estado-Nação (muito menos dos governos).

Um dos principais elementos que caracterizam a consolidação da globalização na visão dos globalistas é justamente a força das grandes corporações multinacionais, da economia transnacional e do surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

Globofobia (ou céticos)

Postura cética é aquela que envolve dois grupos de autores com relação à análise do fenômeno da globalização. De um lado estão os que negam a sua existência. Do outro, aqueles que lhe fazem uma severa crítica, apontando-a como essencialmente negativa. Os dois têm em comum alguns aspectos. Segundo eles, uma parte considerável do Globo com uma parcela significativa de sua população estaria (total ou parcialmente) excluída do processo. Para alguns, uma vez que o termo deveria se referir à totalidade do Globo, essa exclusão seria o fundamento para negar-lhe a existência.

Concordando com os globalistas, parte dos que adotam a postura cética afirma ainda que o que existem são múltiplos processos distintos (econômico, político, cultural, tecnológico), além de diferenças entre os processos vividos por nações ricas e pobres. A diferença em sua postura, no entanto, é que isso também seria um outro elemento que lhe negaria a essência de universalidade que o conceito de globalização requer.

As barreiras (físicas – como os muros descritos no início do capítulo – ou burocráticas) estão mantidas e até reforçadas pelos Estados-nação para evitar ou dificultar fluxos globais, o que tornaria o termo uma simplificação excessiva, obscurecendo uma gama de processos que estão afetando o mundo de diferentes mo-

Zygmunt Bauman e a crítica à globalização

Um dos nomes mais significativos da crítica à globalização é o do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). Em *Globalização: as consequências humanas* (1999), Bauman dirige seu olhar agudo para a sociedade contemporânea e chama a atenção para os louvores com que o fenômeno da globalização vinha sendo aclamado. Sua crítica é elaborada a partir das várias perspectivas das ciências humanas e sociais: a perspectiva de classe, os Estados-Nação, o mercado, a velocidade da circulação da informação, a fluidez das relações etc. Para Bauman, os atores que levariam mais vantagem sobre o processo seriam as grandes corporações multinacionais e seus acionistas, sobretudo no que se refere à dinâmica econômica que acontece na dimensão local: levam o trabalho mais extenuante e mal remunerado para os países de Terceiro Mundo, maximizando seus lucros. No campo da comunicação, sua crítica



Andersphoto/Shutterstock

Bauman palestra no Salão do Livro em Turim, maio de 2015.

vai em direção ao excesso de informação que, por ter-se tornado bastante acessível, sufocaria a memória e o raciocínio das pessoas, em vez de nutri-las com repertório para estimular a produção de conhecimento. Esse mecanismo seria um poderoso instrumento nas mãos de uma elite para manter ainda mais as pessoas dominadas pela ilusão de um conhecimento efêmero e fluido. Na esfera política, Bauman é partidário da ideia de que o Estado-Nação esteja bastante desgastado e entrando em colapso, o que pode levar a uma desordem mundial. Este seria um dos sintomas da pós-modernidade no campo político: a descentralização do Estado geraria uma ruptura entre a esfera econômica e a política, com predominância da primeira.

Por fim, Bauman encerra o livro com uma visão de que a globalização precariza relações e as torna efêmeras, nas suas várias esferas, além da política e da economia.

dos. Segundo os céticos, isso pode ser evidenciado nas políticas protecionistas que muitos países (como os Estados Unidos) adotam para preservar seus mercados.

Os céticos afirmam ainda que, embora reconhecendo que o Estado-nação tenha perdido protagonismo para o mercado, nos últimos anos assistimos à sua retomada (a questão do Brexit, os controles de imigrações em muitos países, ou a polêmica envolvendo o muro na fronteira Estados Unidos-México podem ser bons exemplos). Ademais, lançam uma crítica às grandes corporações multinacionais, assinalando que elas, na verdade, seriam agentes da defesa de interesses dos Estados nacionais de sua origem. Para eles, seriam nações específicas – por trás das multinacionais – que se engajam em novas formas de imperialismo econômico. Esses conglomerados de Estados nacionais (Nafta, UE, o recente Tratado Transpacífico) seriam os grandes organizadores do processo.

Crise mundial 2008

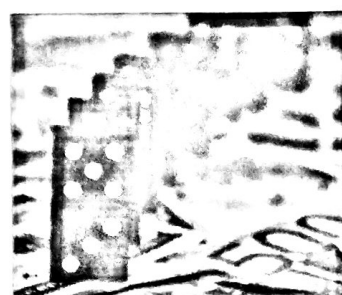
Instituições financeiras estadunidenses confiaram de modo excessivo em clientes que não tinham bom histórico de pagamento de dívidas nos últimos anos. Esse tipo de financiamento, de alto risco, é chamado “subprime” (traduzido como “de segunda linha”). Os clientes davam como garantia suas casas, mas o mercado imobiliário entrou em crise em meados do ano passado. Os preços dos imóveis caíram, reduzindo as garantias dos empréstimos. Com medo, os bancos dificultaram novos empréstimos. Isso fez cair o número de compradores de imóveis, agravando ainda mais a crise no setor, que começou a ser observada em julho de 2007. O problema afetou o nível de emprego e o consumo, causando uma recessão geral na economia dos EUA. Bancos transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e venderam a outras companhias, que também acabaram sofrendo perdas.

Alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos anunciaram prejuízos bilionários, como o Citigroup e o Merrill Lynch, que perderam quase US\$ 10 bi cada um. Como os EUA estão entre os maiores consumidores do mercado global, todo o mundo foi afetado. Países que exportam para lá, como o Brasil, passaram a vender menos. As Bolsas mundiais, incluindo a brasileira, sentiram o baque e tiveram perdas fortes nos três primeiros meses daquele ano. Na Europa e na Ásia, os índices de ações regionais tiveram na oportunidade o pior desempenho trimestral desde 2002.

No plano nacional, falou-se em “blindagem” da economia brasileira. O raciocínio era de que a demanda de países emergentes, principalmente a China, por matérias-primas (setor em que o Brasil é forte) e o consumo interno que estava aquecido ajudariam contrabalançar uma eventual redução de exportações para os EUA. No plano financeiro, considerava-se que o inédito volume de reservas internacionais do Brasil, à época próximo de US\$ 200 bilhões, ajudaria os investidores a manterem a confiança na capacidade do país de honrar suas dívidas.

Desdobramentos

No início de setembro de 2007, o Tesouro americano anunciou intervenção nas gigantes do setor hipotecário Fannie Mae e Freddie Mac. Pelo plano, as duas companhias ficaram sob o controle do governo por tempo indeterminado, com a substituição dos executivos chefes de ambas e um investimento de US\$ 200 bilhões nas duas financiadoras de empréstimos imobiliários para



RomanR/Shutterstock

Efeito dominó: metáfora para a crise econômica de 2008.

mantê-las solventes. Alguns dias depois, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, o Lehman Brothers, anunciou que pretendia pedir concordata na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York. A organização informou que seu conselho de administração autorizou o pedido de concordata a fim de proteger seus ativos e maximizar seu valor. O Bank of America, por sua vez, fechou um acordo de compra do banco de investimentos Merrill Lynch, que estava sob risco de quebrar. A transação, da ordem de US\$ 50 bilhões, criou a maior companhia de serviços financeiros do mundo. Em 17 de março, o quinto maior banco de investimento dos Estados Unidos, o Bear Stearns, recebeu uma proposta de compra, por parte do JPMorgan, de US\$ 2 por ação, preço irrisório, 90% inferior ao do pregão anterior. O motivo se ligava ao fato de que a instituição quase entrara em colapso justamente por conta de problemas com o crédito de alto risco. Dois dias depois, um novo golpe para os investidores: o preço de commodities sofreu forte queda no mercado internacional, derrubando a cotação das ações das duas maiores empresas de capital aberto do Brasil: a Petrobras e a Vale.

Fonte: Atualizado com base em Entenda a crise financeira dos Estados Unidos. *Folha de S.Paulo*, 31 mar. 2008. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/ultnot/2008/03/31/ult4294u1176.jhtm>>. Acesso em: 16 out. 2017.

Tensões e ambiguidades

Mais do que um mero formalismo ou a expressão de posturas dicotômicas, essa polêmica revela, pois, uma tensão sobre o próprio fenômeno em si, disseminando duas interpretações em uma dinâmica tensa e antagônica. Uma envolve a formação de processos e instituições globais explícitas, como a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mercados financeiros globais, os tribunais internacionais ou os grupos específicos de países (G5, G8, G20, BRICS etc.). A maneira como esses organismos ou instâncias funcionam e operam é o que se poderia chamar de uma expressão global. Embora sejam parcialmente atuantes na escala nacional, são, em grande medida, formações novas, e evidentemente globais, se não em sua instituição, mas em suas consequências. A segunda interpretação de dinâmicas envolve processos que não necessariamente acontecem no nível global, mas ainda assim são parte da globalização. Ainda que esses processos aconteçam na dimensão nacional, eles transbordam as suas próprias fronteiras envolvendo redes e entidades, conectando múltiplos atores e processos nacionais, interligando, assim, cada vez mais países. Estariam incluídas aqui as redes de ativistas, as agendas particulares com apelo internacional (como a questão da Amazônia ou o Fórum Social Mundial, por exemplo), as políticas monetárias e fiscais (como o FMI ou o Banco Mundial), as regulamentações da Organização Internacional do Trabalho etc.

Isso tudo tem revelado que, se de um lado há grande divergência na definição do fenômeno, por outro há uma grande convergência sobre os seus efeitos, em particular os mais nocivos e críticos. É certo que há o reconhecimento de muitas conquistas trazidas pela globalização, sobretudo no campo tecnológico, da informação, no incremento da dinâmica das relações comerciais e da economia como um todo, na relativa facilitação da mobilidade em escala mundial. No entanto, há também, de maneira muito acentuada, a consciência de que tudo isso aumentou as fragilidades do sistema, tornando muito tênues os limites que o protegem da instabilidade, como atestaram várias crises econômicas ao longo das últimas duas décadas e, em particular, a crise global em 2008.

Por isso, outro aspecto curioso quando se fala da globalização é que, a despeito das tensões e divergências, pode-se perceber certa consonância entre os seus críticos: tão fortes quanto o ufanismo propagado sobre suas conquistas são as denúncias e as preocupações sobre os problemas relacionados às ameaças de várias naturezas e as mazelas sociais por ela produzidas. Entre elas, talvez a principal seja

a evidenciação sempre crescente, em escala mundial, do antagonismo intrínseco ao sistema capitalista: é provável que nunca antes em sua história o capitalismo tenha gerado tanta riqueza e, simultaneamente, tanta pobreza.

O antropólogo e professor da Universidade da Califórnia, o colombiano Arturo Escobar, afirma que o desenvolvimento não se faz sem o subdesenvolvimento. Em sua crítica contundente à globalização, ele afirma que uma das grandes produções do capitalismo do século XX foi algo chamado “Terceiro Mundo”.

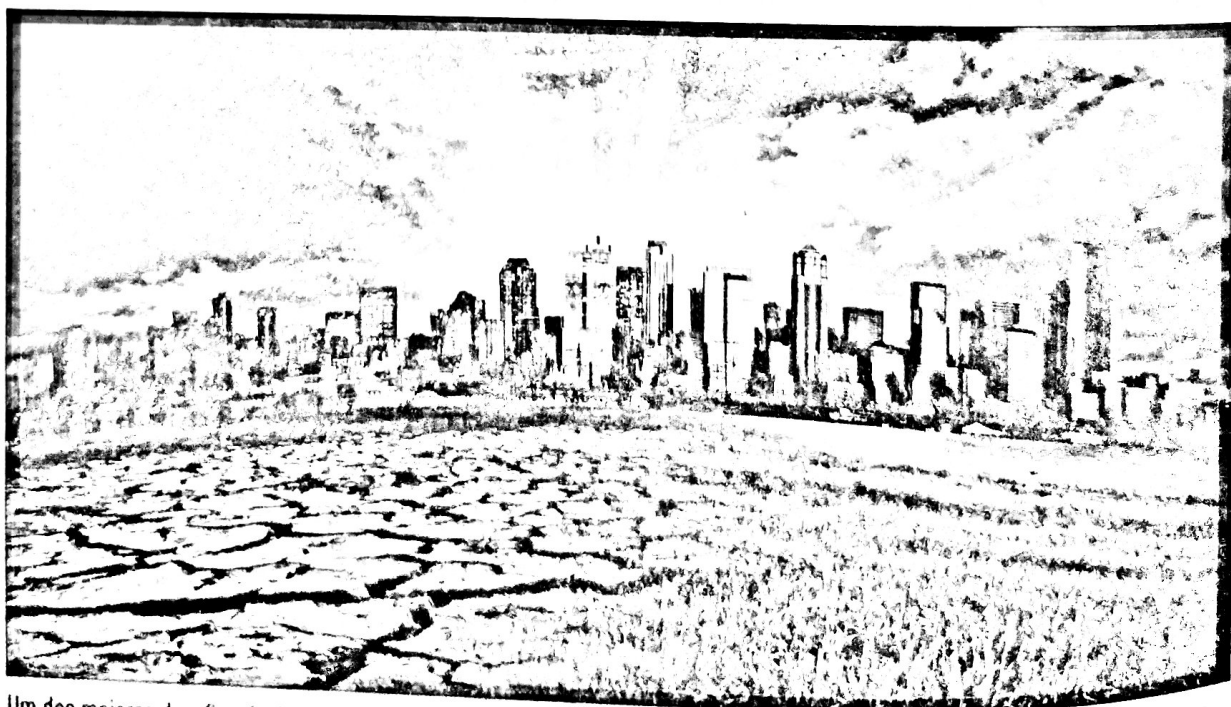
Globalização e meio ambiente: a perspectiva da sustentabilidade

Desde as teorias sociais e econômicas dos séculos XVIII e XIX (especificamente o Liberalismo e o Socialismo utópico e científico), o capitalismo vem sendo interpretado como um sistema cuja geração de riqueza está baseada na exploração de recursos que se concretiza no processo de produção, a saber: recursos naturais e humanos (isto é, matéria-prima e energia, de um lado; mão de obra, do outro). Embora isso seja reconhecido desde os primórdios das primeiras análises econômicas, praticamente todo o esforço de compreensão, tanto de economistas quanto de sociólogos, esteve concentrado nas interpretações sobre os efeitos da exploração dos recursos humanos na configuração do jogo de forças na sociedade sob forma de luta de classes (nomeadamente na relação capital/trabalho). A outra ponta, a exploração dos recursos naturais, o modo como se deu, sua intensificação e as ameaças em escala planetária – não apenas em seu aspecto ecológico, mas, em particular, econômico –, a possibilidade de exaustão desses recursos etc. levaram a reflexões sobre a relação do homem com a natureza e seu esgotamento. Embora essa discussão já esteja presente desde os escritos de Thomas Malthus (1766–1834) e John Stuart Mill (1806–1873), ela ficou praticamente adormecida até o final do século XX. Segundo Stephens (2009), o exemplo mais precoce de preocupações com a sustentabilidade e o esgotamento dos recursos naturais, pelo menos no pensamento econômico, está em Stuart Mill, no Livro IV do seu *Princípios de economia política*, de 1848. O autor teria se inspirado na teoria do crescimento populacional de Malthus e sua relação com os limites dos recursos naturais oferecidos pelo planeta para analisar esse esgotamento.

Entretanto, a demora em se refletir mais séria e densamente sobre o tema aconteceu muito provavelmente porque as preocupações da civilização ocidental estavam muito mais voltadas para a sedução tecnológica, as conquistas da Revolução Industrial e as condições para expansão do capitalismo proporcionada pelo neo-

colonialismo europeu do século XIX. A natureza demora mais a protestar do que o ser humano. Certamente, os protestos deste último foram ouvidos mais prontamente, desencadeando fortes movimentos sociais e políticos, em ondas revolucionárias que varreram o mundo ocidental, com repercussões definitivas para a história contemporânea. Talvez, por isso, já no século XIX e por todo o XX, o debate sociológico sobre as consequências nocivas da Revolução Industrial e da expansão do capitalismo tenha se concentrado sobre a relação capital/trabalho, enquanto as questões ambientais (consideradas, em uma visão mecanicista, como secundárias e distantes) demoraram a ser entendidas como parte integrante do mesmo todo (em uma visão holística e sistêmica) e, como tal, incorporadas na agenda estratégica de debates sobre os rumos do capitalismo.


Coincidência ou não, esse debate se tornou mais intenso no final do século XX, exatamente no mesmo momento do acirramento das questões relacionadas à expansão da reflexão sobre as consequências da globalização. Isso não é difícil de ser constatado pela intensa e substantiva produção de teorias e interpretações que se consolidou como uma parte robusta das Ciências Sociais e Econômicas na virada do milênio. O fato é que, no início do século XXI, essas duas questões se unem. Estabelece-se, então, uma agenda tanto no debate acadêmico/científico nas Ciências Sociais e na Economia quanto como pauta política das relações internacionais. A questão fundamental que se coloca é a de como pensar o desen-



Um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável é a harmonização da cidade e o meio ambiente.

volvimento econômico realizado com inclusão social (e consequente melhoria de qualidade de vida das populações), ao mesmo tempo que se garante a perpetuação dos recursos naturais, a fim de assegurar a própria sustentação da economia capitalista. Surge daí o conceito de desenvolvimento sustentável.

Como conceito, sua primeira formulação explícita apareceu em um documento elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Publicado originalmente em 1987, esse documento ficou conhecido como Relatório Brundtland, nome da primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, então chefe daquela Comissão, que elaborou a seguinte definição do conceito:

 Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- a. o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- b. a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (Brundtland, 1991, p. 46)

O documento, além de inaugurar, pelo menos oficialmente, uma nova visão de desenvolvimento, insere também no panorama político, econômico e acadêmico o conceito de sustentabilidade. Apesar da variação de significados que o termo pode adquirir, suas definições orbitam em torno da ideia da manutenção de sistemas, processos, bens ou um conjunto determinado de itens necessários a uma boa qualidade de vida por um período relativamente prolongado de tempo (quicá perpétuo).

Outro aspecto importante a respeito da ideia de sustentabilidade é que ela foi recentemente formulada de maneira a assumir mais explicitamente a integração sistêmica do processo de desenvolvimento. Tal formulação ficou conhecida como “*triple bottom line*” (ou tripé da sustentabilidade, uma versão para o já conhecido *people, planet, profit* no jargão empresarial). O desenvolvimento econômico só é sustentável se forem garantidas as condições para a perpetuação da exploração racional do meio ambiente e asseguradas as condições que garantam a qualidade

de vida das populações: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e preservação ambiental. Em outras palavras, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é ampliado, mas mantém-se a sua essência.

Embora remontem aos anos de 1980 as primeiras referências não acadêmicas exortando empresários a se preocuparem com questões ambientais, sociais e financeiras, a expressão em si (*triple bottom line*) é atribuída a John Brett Elkington, um executivo que publicou, em 1997, um livro que lança as bases contemporâneas para que o empresariado incorporasse os princípios do desenvolvimento sustentável: *Canibais de garfo e faca*. A ideia central de Elkington é que não se trata apenas de uma opção (ser ecologicamente correto e socialmente justo), mas que essa postura, além de estratégica no sentido de possibilitar uma melhoria nos indicadores de avaliação do desempenho empresarial, é também lucrativa no longo prazo (Elkington, 1997). Suas ideias muitas vezes são discutidas de forma superficial, o que revela uma má compreensão do seu ponto principal: ou os empresários encaram de frente o problema do esgotamento de recursos ou o sistema como um todo entrará em colapso (como, aliás, as grandes crises do século XX e início do XXI já bem mostraram). É por isso que, inicialmente vista e tratada no mundo empresarial como um modismo, a sustentabilidade se fixou e vem tendo cada vez mais importância na agenda das organizações (sejam elas pequenas empresas ou grandes corporações multinacionais).

Globalização e cultura

No âmbito da cultura, o debate sobre globalização também assume contornos altamente complexos. Ela se liga a fenômenos como a consolidação e o avanço da economia de mercado para os mais distantes rincões do planeta, a Primavera Árabe, a consolidação da internet como um novo espaço de sociabilidade, o aumento da mobilidade em escala global etc.

Podemos pensar, em linhas gerais, dois aspectos do impacto da globalização na dimensão cultural. De um lado, todos os efeitos das TICs sobre a difusão e a troca de valores culturais em escala global e suas consequências. Do outro, o choque, cada vez mais evidente e crescente, entre a lógica local (pequenas comunidades tradicionais, tribos, grupos rurais etc.) e a global. Assim, a veiculação e a troca de valores não acontecem apenas no sentido das grandes sociedades urbanas e industriais em direção às pequenas e mais tradicionais; o contrário também se passa. Certamente, um dos eventos mais significativos nos últimos anos que congrega todos esses fa-

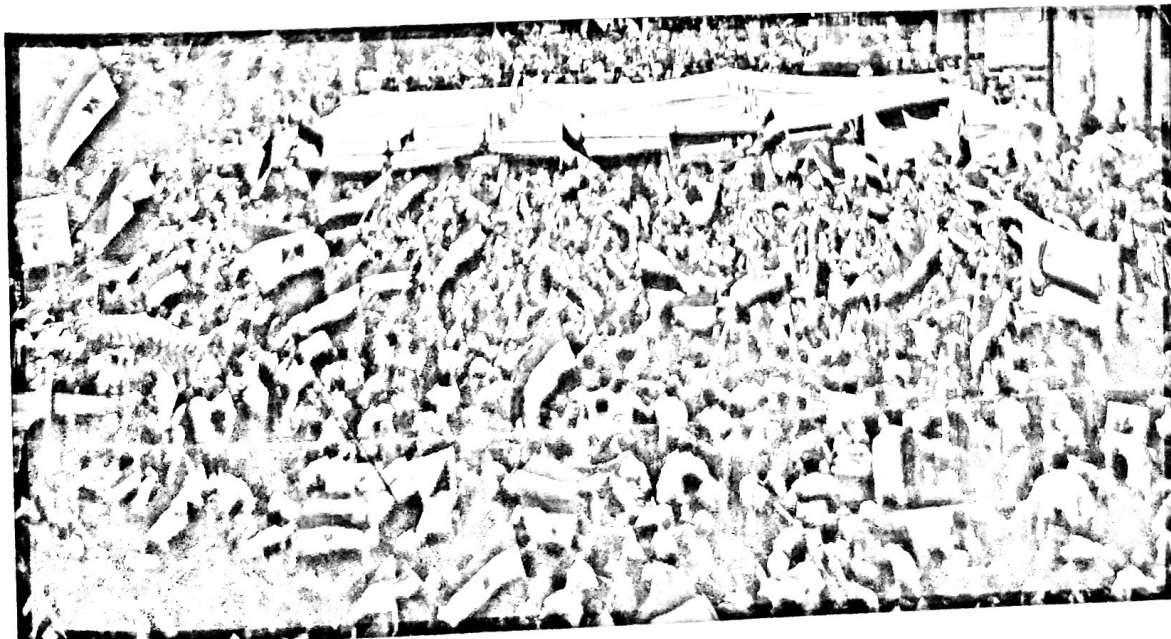
Primavera Árabe

Movimento que teve início na Tunísia, em janeiro de 2011, rapidamente se alastrando por vários países do norte da África e da Ásia (Egito, Líbia, Iêmen, Barein e Síria), a Primavera Árabe é o que se convencionou chamar a onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra os governos autoritários e pouco democráticos do mundo árabe. Dois fatores são importantes para a compreensão do fenômeno:

- a) O agravamento da situação econômica (desemprego, alto custo de vida) e política (falta de democracia).
- b) O amplo uso das mídias sociais como elemento que catapultou a mobilização, levando as pessoas às ruas e inflamando os protestos.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, três consequências foram altamente relevantes para a geopolítica mundial:

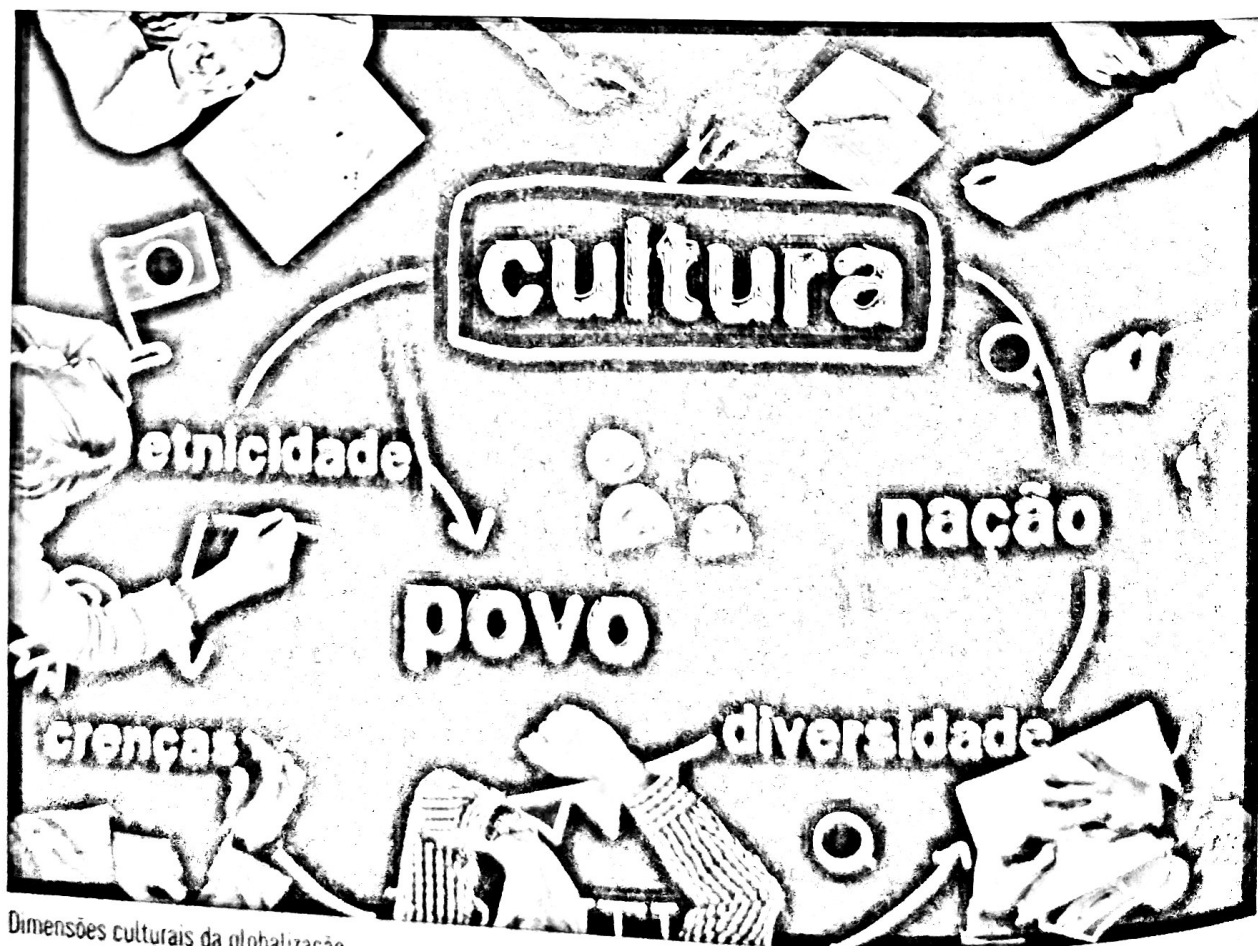
- a) O endurecimento da ditadura síria, com o fortalecimento político de Bashar al-Assad, levando aquele país a um dos mais sangrentos conflitos do mundo contemporâneo, que já dura mais de 6 anos.
- b) O crescimento e a consolidação do Estado Islâmico.
- c) Colocação em xeque da política externa estadunidense com relação aos países árabes.



Protestos em Alexandria, junho de 2013.

tores seja a Primavera Árabe, ocorrida no início de 2011, cuja consequência mais dramática foi a Guerra da Síria. No âmbito do mundo dos negócios, é possível também pensar este impacto tomando como referência a interação das grandes marcas de projeção global em contextos locais (conforme quadro da página 155).

Como indicam Edelman e Haugerud (2005), na esfera da Antropologia (e das Ciências Sociais como um todo) essas questões assumiram contornos ainda mais interessantes e desafiadores quando os antropólogos, em suas pesquisas, se depararam com as mudanças em curso nas chamadas comunidades tradicionais, ou etnicamente diferenciadas, em especial na África e na América Latina. Em sua busca pela inserção no mercado e pelo “desenvolvimento econômico”, fica evidente a tensão entre o tradicional e o moderno, entre o local e global. Este passa a ser, inclusive, um outro aspecto da sustentabilidade que começa a ser considerado a partir da primeira década do século XXI: a sustentabilidade cultural. Não se trata apenas de ser sustentável como economia, como ambiente em que se vive ou como sociedade. É preciso também equacionar a questão das identidades étnicas num mundo cujos valores da sociedade de mercado são avassaladores. Nesse processo,



que deveria ser um diálogo menos assimétrico para que houvesse uma troca, essas comunidades podem ter suas culturas aniquiladas num curto espaço de tempo.

Mesmo quando se tem como perspectiva uma análise mais específica de questões econômicas da maneira como são postas pela comunidade investigada, um dos desafios trazidos pela globalização é justamente o de analisar o desenvolvimento econômico e a diminuição da pobreza, levando-se em conta, além das tradicionais variáveis sociológicas e econômicas, aquelas de ordem cultural, como a mudança de comportamento econômico e a própria etnicidade dos grupos em questão.

Starbucks e a glocalização

O termo “glocalização” apareceu pela primeira vez no final da década de 1980 na prestigiada revista de negócios *Harvard Business Review*, num artigo de dois economistas japoneses. Mas quem o tornou popularizado foi o sociólogo americano Roland Robertson, que o descreveu como “os efeitos do tempero local a pressões globais”. Seria a simultaneidade (co-presença) de tendências universalizantes e particularizantes. Ou, nas palavras de Thomas Friedman, “a capacidade de uma cultura, quando em contato com outras culturas fortes, absorver influências que naturalmente nela se encaixam e podem enriquecê-la. Resistindo às coisas que são verdadeiramente alienígenas, assimilam de forma própria aquilo que, embora diferente, pode ser apreciado. Para os autores que defendem a glocalização, ela representaria um bom equilíbrio de assimilação de influências estrangeiras em uma sociedade que amplia a sua diversidade sem esmagá-la. Dessa perspectiva, defendida pela Antropologia contemporânea, tanto no que se refere à circulação de bens quanto a outros fluxos que caracterizam a globalização, em vez de falarmos em aculturação é mais adequado investigarmos os processos de hibridação cultural. Todavia, isso não significa desprezar a assimetria das sociedades e culturas em contato.

É interessante observar que o termo surge no contexto das correntes de pesquisadores (geralmente vinculados ao mundo empresarial, mais especificamente à área de marketing) que são adeptos ao globalismo, porém entendendo que há uma tensão dialética entre o local e o global. Esses pesquisadores se sustentam em fortes evidências empíricas de que, na verdade, os consumidores, longe de serem passivos, frequentemente se apropriam dos significados das marcas globais, traduzindo-os para os seus próprios termos. Assim, modificam suas culturas locais, mas de modo

criativo, construindo novas associações culturais com os elementos alienígenas de que gostam, transformando outros para se encaixarem nos padrões culturais e estilos de vida locais e dispensando aqueles considerados incompatíveis. Segundo esses estudos, as culturas locais, assim, produzem uma grande heterogeneidade no mundo das marcas: elas não são necessária e exatamente iguais nos quatro cantos do Globo. Um exemplo forte é a customização dos menus do McDonald's.

Partidário dessa corrente, em 2006, o professor J. Craig Thompson, do Departamento de Marketing da Wisconsin School of Business, conduziu uma pesquisa sobre a marca Starbucks que virou referência desses processos de glocalização. Com um sucesso comercial contumaz, a Starbucks promoveu uma revolução ao transformar o café gourmet de um símbolo de status em um bem de consumo popular. É atribuída a ela a criação do mercado americano de café, tal como existe hoje. Na década de 1990, havia aproximadamente 200 *coffee shops* independentes nos Estados Unidos. Em 2006, eram mais de 14.000, sendo que a Starbucks possuía cerca de 30% desse total.

O modelo de cafeteria construído pela marca logo provou ser capaz de ganhar uma escala global, entrando maciçamente no Canadá, China, Japão, Taiwan, Grã-Bretanha e grande parte da Europa continental. Com planos arrojados para ampliar ainda mais seu mercado, a marca conquistou Roma, considerada a meca dos consumidores de café. A Starbucks acabou se tornando



Logomarca da Starbucks.

ícone cultural da globalização, ao mesmo tempo alvo de uma crítica generalizada porque a empresa representaria o modelo de homogeneização que as críticas sociais atribuem ao capitalismo corporativo globalizado.

A despeito disso, a marca continuou tendo grande penetração em culturas locais, proporcionando aquilo que Thompson chamou de *brandscape* hegemônico: um cenário que expressa a relação do consumidor com a marca como elaborador ativo de significados pessoais e orientações de estilo de vida a partir do casamento dos recursos simbólicos fornecidos pela marca e os da própria cultura local.

Fonte: Elaborado com base em Thompson e Asel, 2014.